



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Do imigrante ao nacional regenerado: a busca pelo trabalhador perfeito na cidade de São Paulo no início do XX

Rodrigo Pereira dos Anjos da Silva¹

Resumo: A cidade de São Paulo, no último quartel do século XIX, recebeu um número expressivo de imigrantes, grande parte desta população que entrou no Brasil era majoritariamente oriunda da Europa, e, por conta disto, alimentou a mentalidade da elite brasileira em relação ao um novo regime de trabalho. Na visão desta mesma elite, além da importância para a economia, na incipiente industrialização paulista, os imigrantes também carregavam consigo a tarefa de regenerar a população brasileira, sobretudo a de ascendência africana, vista como uma população degenerada e inferior. Tendo em vista essa conjuntura, este artigo problematizará a importância da ação da escola no início do século XX na busca pela regeneração do indivíduo. Desta forma, esta escola não formaria apenas o indivíduo apto intelectualmente para trabalhar nas fábricas, mas também um cidadão asséptico e higienizado, em consonância com os discursos sanitaristas da época.

Palavras-chave: Imigrante; Primeira República; Escola.

Abstract: The city of São Paulo, in the last quarter of the 19th century, received an expressive number of immigrants, a large part of this population that entered Brazil was mostly from Europe, and because of this, fed the mentality of the Brazilian elite in relation to a new labor regime. In the view of this same elite, besides the importance to the economy, in the incipient industrialization of São Paulo, immigrants also carried with them the task of regenerating the Brazilian population, especially of African descent, seen as a degenerate and inferior population. Given this conjuncture, this article will problematize the importance of the school's action in the early twentieth century in the search for the regeneration of the individual. In this way, this school would not only form the intellectually capable individual to work in the factories, but also an aseptic and sanitized citizen, in line with the sanitary discourses of the time.

Keywords: Immigrant; First Republic; School.

INSPIRAÇÃO

São Paulo! comoção de minha vida...
Os meus amores são flores feitas de original!
Arlequinal! . Trajes de losangos... Cinza e ouro ...
Luz e bruma. Forno e inverno morno ...
Elegâncias sutis sem escândalos, sem ciúmes ...
Perfumes de Paris. Arys!
Bofetadas líricas no Trianon... Algodão!...

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/Campus Guarulhos e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Professor na rede municipal de educação do município de São Paulo.

São Paulo! comoção de minha vida.
Galicismo a berrar nos desertos da América.

(Pauliceia Desvairada, Mario de Andrade, 1920-21)

A “modernização”, no final do século XIX e início do XX, transformou a cidade de São Paulo numa cidade estrangeira. Pelo menos é o que apontava os censos oficiais do governo na época². O censo de 1890, por exemplo, logo após a abolição da escravidão apontava que a população da cidade de São Paulo chegava perto do número de 64.934 habitantes. Três anos depois, essa população saltava para 130.775 habitantes³, sendo que destes cerca de 71.000 eram estrangeiros. Nessa Paulicéia, formada no pós-abolição, nas palavras de Florestan Fernandes (2008), o crescimento da população paulistana se dava por conta da vinda maciça de imigrantes para o trabalho assalariado. Para ele (p. 40):

“Em outras palavras, a cidade alcançava, em termos da organização do trabalho livre e da integração da ordem social competitiva, posição simétrica à que teve no começo do século XIX, em termos da organização do trabalho escravo e da integração da ordem social escravista. Só que o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante”.

De fato o número de estrangeiros no último quarto do século XIX é alarmante. Segundo levantamento de Santos (2017), na cidade de São Paulo mais de 50% da população era de estrangeiros e este número continuava a subir até o início da guerra, em 1914⁴. Enquanto o número de imigrantes aumentava, o número de nacionais⁵, sobretudo os de negros, diminuía na cidade. Talvez o fator que mais contribuiu para a compreensão desses dados, seja a ideia de “modernização” que se instaurou na Paulicéia. Neste sentido, a ideia de uma urbe moderna no final do XIX, que estimulou e incentivou a vinda maciça de estrangeiros, por outro lado, criou um espaço ignóbil para a população nacional, sobretudo, as egressas da escravização. Diferente do que Fernandes (2008) apontou essa exclusão do nacional não se deu pela “deficiência” (p. 34-35) ou não adaptação ao trabalho livre, mas por conta do pensamento que se instaurou na

² Sobre esses dados e o crescente número de habitantes na cidade São Paulo, é interessante a leitura dos trabalhos de Fausto (1984), Fernandes (2008) e Santos (2017)

³ Este número compreende o total da população na cidade de São Paulo, sendo composta pelas categorias: brancos, pretos, caboclos e mestiços. Ver os trabalhos de Fernandes (2008) e Santos (2017).

⁴ Sobre o número de imigrantes em relação aos nacionais, é importante apresentar o posicionamento de Santos (2017): “Ou a presença dos nacionais era tão diminuta em comparação aos imigrantes que nem se fazia perceber, ou a existência da parcela nacional não correspondia às transformações desejadas pelos diretores dos Anuários e pelos grupos no poder, sendo por isso diminuída ou mesmo omitida. Em outras palavras, os Anuários expressavam uma vontade de estar diante de uma cidade que aparentemente se europeizava com a imigração, alterando a composição étnica de sua população” (p. 31).

⁵ O termo "nacionais" se refere à população nascida dentro do território brasileiro e presente na cidade de São Paulo.

cidade de São Paulo, rotulando essa população de marginalizada, animalizada e inferiorizada, formando, assim, um espaço fechado e hostil para sua presença, como propõe Azevedo (1987, p. 22).

“Até que ponto a imagem de uma massa inerte, desagregada, inculta, sem grande importância histórica naquele momento, na medida em que já teria saído marginal da escravidão, não surgiu do âmago de formulações de teor étnico racista que justamente procurariam com isso justificar a necessidade de imigração europeia em substituição ao negro?”

Longe de contestar esses números apresentados, este estudo tem como objetivo discutir e apontar que a inserção do imigrante, na cidade de São Paulo, no final do XIX e início do XX, não buscou somente alimentar a ideia de “progresso” na nova urbe, fornecendo mão de obra assalariada, mas também a tarefa de “civilizar”, por meio da miscigenação o povo nacional. Povo que sentia fortemente o rótulo de incivilizado, sendo visto como pecha social por boa parte da elite paulistana. Desta forma, para o processo de modernização que a cidade de São Paulo apontava, não bastava somente a “modernização” arquitetônica e urbanística, era, sobretudo, necessário a “modernização” da população, tornando-a “civilizada”. É em virtude deste pensamento que a entrada do imigrante ganha destaque neste estudo. Destarte, no final do XIX e início do XX, a política do branqueamento não pode ser desprendida da ideia do acúmulo do capital, ou seja, o argumento que este estudo procura tecer é o de que a entrada dos imigrantes, embora objetivasse o fornecimento de mão de obra assalariada, também idealizava a reestruturação racial da população, como sugere Azevedo (1987, p. 37).

"ganhando força principalmente nos anos 70, os emancipacionistas aderem às soluções imigrantistas e começam a buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira. A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século a antiga preocupação com o destino dos ex-escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar “a raça brasileira” e engendrar por fim uma identidade nacional”.

Caminhando ainda nesta toada, este estudo discutirá como o imigrante, erigido como o “aprimorador” da raça, no último quartel do século XIX, no pós-guerra, tornou-se um problema nacional. Sobretudo, com o “impacto das greves operárias de 1917 e 1918 no imaginário das elites republicanas, que haviam acalentado mitos sobre a operosidade natural da raça branca e sobre os efeitos regeneradores da imigração em larga escala”. (CARVALHO, 2003, p. 146).

Descrente da redenção do imigrante⁶, parte da intelectualidade paulista associaria a ideia de “progresso” ao campo da “educação”, fazendo deste binômio a máxima nos anos de 1920⁷. As expressões que Jorge Nagle (2009) cunhou sobre este período, “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação⁸”, sintetiza, em parte, a importância que a educação passou a ter nos primeiros anos de 1920 em prol de uma preocupação com o nacional. Neste sentido, à escola, elemento importante neste estudo, coube à tarefa de “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida em causa cívica de redenção nacional” (CARVALHO, 2009). Se a população nacional, sobretudo os egressos do cativeiro, foi considerada amorfa e o cancro do progresso, sobre ela, agora, recaia a possibilidade⁹ da regeneração, fruto do “avanço da ciência”, com destaque para o campo da medicina e da psicologia.

Antes de aprofundarmos na reflexão proposta, é importante pontuar que a discussão em torno da figura do imigrante e da população nacional aqui apresentada, dialoga com uma rápida reflexão proposta por Stuart Hall, pois segundo ele, “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990 apud HALL, 2006, p. 09). Este pensamento ganha importância a partir do momento em que a elite paulista, no último quarto do século XIX, se vê preocupada com o fim da escravidão e o que fazer com a população negra, após 1888. O medo do crescimento da população negra e de um possível engajamento na sociedade teria provocado na elite paulistana a “crise” na identidade nacional, o que justificaria o forte apoio à entrada de imigrantes europeus, “consertando” aquilo que era visto como errado por parte da população.

Postas estas questões, para compreender o processo que culminou na entrada deliberada de imigrantes na cidade de São Paulo até o seu refluxo no final da década de 10, “abrindo” espaço para a população nacional na década de 1920, é importante partir de uma São Paulo que ainda respirava os primeiros meses de abolição da escravidão. Este ponto de partida é fulcral para compreendermos como a imagem do nacional, sobretudo do negro, ainda pairava na

⁶ Essa mudança de visão do “imigrante” sugere a ideia posto em Stuart Hall, de que o “sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” da história (HALL, p. 13).

⁷ Mais tarde esta intelectualidade paulista será identificada pela historiografia como o “grupo escolanovista”, tendo na figura de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira os intelectuais de mais renome.

⁸ Para Nagle, o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” refletia a crença de que através da disseminação da educação escolar seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. (Cf. NAGLE, 2009, p. 115).

⁹ Sobre essa inserção do nacional na sociedade paulista, é importante enxergá-la com parcimônia, pois ainda o negro e os indígenas foram visto como uma questão a parte. No decorrer do texto, procurarei explorar com mais afinco esta inserção.

mentalidade paulistana. O conto de autoria Arthur Cortines (apud AZEVEDO, 1987, p. 17-18), publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 26 de julho de 1888, expressa esse pensamento conservador. Vejamos o conto:

Tia Josefa dos Prazeres era uma negra muito feia que inspirava medo às criancinhas cada vez que as fitava com aqueles seus olhos felinos, injetados de sangue. Recém-chegada à cidade juntamente com seu marido, o pedreiro e coveiro Manoel Congo, levou algum tempo para que ela ganhasse a confiança de seus habitantes. Tia Josefa, porém, sabia fazer uns ótimos pasteizinhos de carne, muito alvos e macios, e como tempo conseguiu muitos fregueses. Além disso, a sua casa, situada ao lado do cemitério, começou a ser bastante procurada por aqueles desejosos de mezinhas e de uma boa parteira. Assim, o tempo venceu as primeiras desconfianças e, embora as crianças ainda a olhassem assustadas — tal como a uma feiticeira de seus pesadelos —, tia Josefa tornou-se uma figura imprescindível do cotidiano de pacatos cidadãos.

Mas um dia Nini, uma linda menina loira, rosada, alegre e esperta, por causa de um pequeno resfriado, começou a tomaras beberagens de tia Josefa e, ao invés de melhorar, piorou rapidamente. Chamado finalmente o médico, já não havia mais remédio para ela, a não ser buscar Manoel Congo para enterrá-la. Para consolar a pobre mãe, a boa tia Josefa passou a presentear a mãe com aqueles seus deliciosos pastéis.

Esta história terminaria aqui se não fosse a mãe, inconsolável, pedir para ver a filha ainda uma última vez, oito dias depois de sua morte. Para seu espanto, nada mais havia no pequenino caixão aberto pelo coveiro. A suspeita criou asas e a polícia cercou a casa de tia Josefa e Manoel Congo. Lá dentro encontrou cachos loiros, restos de roupa de criança e, embaixo da mesa da cozinha, pequeninos ossos...O povo quis esquartejar os dois negros, enquanto a mãe da linda menininha morta, quase louca, contorcia-se horrorizada — tinha comido a filha em pastéis...

Trabalhado com afinco na obra de Lilia Schwarcz, “*Retrato em branco e negro*” este conto é elucidativo por tentar construir, no pós-abolição, uma imagem asquerosa do negro. A população negra, representada pelo autor na figura de tia Josefa e Manuel Congo, é apresentada como desalmada, interesseira, povo que não se podia confiar: “oferecer pastéis com carne humana”. Enfim, longe de expressar a realidade da época, textos como este buscavam ratificar a imagem depreciativa do negro recém-liberto, criando na mentalidade do paulistano o medo e a desconfiança que deveria ter com esta população.

Outra ideia que circulou neste período, foi a de que a população negra não estava apta para o trabalho assalariado, isto por conta do trabalho escravocrata que não teria preparado para o trabalho livre¹⁰. Azevedo (1987, p. 62), ao falar sobre Tavares Bastos, apresenta o posicionamento deste autor,

“o regime de trabalho escravista padecia de problemas inerentes à própria raça de escravos originários da África. E isto poderia ser melhor comprovado comparando-se o atraso da província da Bahia, onde vivia uma maioria de negros “grosseiros”, ignorantes e incapazes para o trabalho, com o grande desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com seus núcleos de colonos europeus, eferescentes em matéria de trabalho, progresso e civilização. Deste modo o leitor é levado a pensar que a origem dos males localizava-

¹⁰ Este pensamento, como já discutido aqui, esteve presente nos escritos de Fernandes (2008) e de pensadores como Octávio Ianni (1962) e Fernando Henrique Cardoso (1977).

se no próprio negro, na sua inferioridade racial. Além de mau trabalhador, a sua simples presença havia impedido o aparecimento das indústrias no Brasil durante todos os séculos de colonização. Até mesmo a monocultura devia-se a ele, as culturas extensivas e rotineiras centradas em apenas um produto, deixando grandes áreas virgens incultas. Também podia-se acusá-lo de responsável pelas comunicações deficientes.”

Junto deste estigma, a revolta do Haiti ainda estava muito presente no imaginário da elite paulistana. O medo de uma revolta que inserisse o negro na sociedade e a forma com isso pudesse acontecer ainda aparecia de forma estarrecedora para a elite branca. Conter isso, afastando o negro da sociedade paulista era uma tarefa que muitos conservadores, e até alguns abolicionistas moderados tinha como empreitada, como propõe Azevedo (1987, p. 35).

“Ora, perguntavam-se alguns assustados “grandes” homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos às fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500”.

A ciência, sobretudo a medicina, também endossava esse discurso sobre o negro. Estudos como o do médico Nina Rodrigues na Bahia, buscou justificar a inferioridade do negro. Baseado nos estudos de Cesar Lombroso, Rodrigues acreditava que a população negra era marcada por fenótipos inferiores, o que justificaria, então, sua subalternidade perante o homem branco. Os estudos tanto de Rodrigues como de Lombroso apresentaram forte aceitação na cidade de São Paulo, pois “uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHWARCZ, 1993, p. 38). A escola positivista apontada por Luis Ferla (2005) em seus estudos mostra-nos que os estudos de Rodrigues e Lombroso tiveram forte impacto na identificação de possíveis criminosos, assim como na medicalização da pena (p. 56), fato decorrente da aceitação desses estudos nas faculdades de medicina e na delegacia de polícia de São Paulo.

Essa mentalidade que circulava na cidade e que tinha grande divulgação nos jornais e nas faculdades paulistas, contribuiu com o imaginário negativo a respeito do negro, criando um lugar constrangedor e difícil de viver. Sobre ele recaia a imagem de um povo incivilizado, responsável pelo atraso da modernização da cidade. Para a elite industrial, em formação, a ideia de progresso se tornava impossível junto da presença do negro, afinal, para a medicina e para a psicologia, eles eram considerados uma raça degenerada, logo, um empecilho para o progresso que se buscava. Para Santos (p. 56):

“Os patrões, pelo menos os do setor têxtil, presumivelmente procuravam operários que pudessem incorporar a ordem do trabalho, os valores e os comportamentos que atendessem aos padrões sociais e culturais esperados. Ou seja: vigorava a tentativa de construir, com os trabalhadores estrangeiros, um mercado de trabalho e uma sociedade pautados na cultura branca, com base europeia e no domínio patronal, como estratégia de poder. Ao que tudo indica, os imigrantes, as mulheres e as crianças, especialmente de origem europeia eram os alvos preferenciais, que poderiam assumir esses valores acima de tudo socioculturais, baseados no trabalho intenso”.

Sem receber nenhuma indenização pelos anos de escravização, a população negra se viu sem emprego. Estigmatizada pela ideia de inferioridade e rejeição pela sociedade paulista, essa população também se viu expulsa da cidade, sendo obrigada a migrar para outros lugares ou submeter-se a trabalhos de baixa remuneração, como mostra Santos (2017) em seu estudo. Este cenário visto na cidade paulista, costumeiramente, foi representado pela historiografia como a sucessão do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, reforçando a ideia de que o imigrante assumiu o trabalho assalariado por conta da ineficiência do negro em se adaptar a este modo trabalho¹¹. Refutando esta linha de pensamento¹², este estudo acredita que a vinda do imigrante para São Paulo de fato substituiu o trabalho que antes era realizado pelo negro, todavia, esta sucessão não aconteceu por conta da “deficiência” ou “inaptidão ao trabalho assalariado”, mas em meio aos interesses econômicos e nacionais, os quais não contavam com a população negra.

Ao dizer que o negro não era adaptado ao trabalho assalariado, fica evidente que esta chave interpretativa desconsiderou a ideia de construção da identidade nacional. Para esta corrente de pensamento, o negro é visto como aquele que não soube se adaptar ao novo processo econômico por conta de sua inaptidão ao trabalho livre. Ou seja, se ele não ocupou espaço na urbe, isto aconteceu apenas por sua dificuldade em se adaptar ao trabalho assalariado, todavia, a imagem que se construiu em torno da figura do negro na cidade, colocando-o em condição de subalternidade, foi descartada por esta corrente. Além disso, o incentivo à vinda maciça de imigrantes europeus como trabalhadores adaptados ao regime assalariado se sobrepõe à ideia de miscigenação, já que priorizou o discurso de inferioridade. Por fim, esta escola não levou em consideração o fato da cidade de São Paulo ser o polo radiador das ideias de inferioridade sobre negro¹³.

¹¹ Como já sinalizado aqui, alguns trabalhos que correm pra essa direção é “A integração do negro na sociedade de classes”, Florestan Fernandes; *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Fernando Henrique Cardoso; e, “As Metamorfoses do Escravo — Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil”, Octávio Ianni.

¹² Pode-se dizer que a perenidade deste pensamento ainda nos anos de 1950, foi o reflexo do imaginário construído sobre o negro na cidade no século XIX.

¹³ Ver Marques, 1994; Rocha, 2003 e Ferla, 2005.

O fato é que imbuído desse pensamento depreciativo do negro junto da possível falta de mão de obra escrava, a presença do imigrante na cidade começou a ser encarada como um passaporte para o progresso. Sob a ideia de regeneração da raça, o incentivo ao imigrante ganhou maior importância no final do XIX. Tido como o salvador no imaginário da elite paulista, o imigrante europeu poria fim na população negra, branqueando a população e aniquilando seus vícios. Sua vinda também acabaria com o risco de uma insurreição nos moldes de São Domingos.

Defendida tanto pela elite industrial como pela elite intelectual, a vinda de imigrantes para São Paulo foi vista como uma ótima saída, pois de um lado o trabalho braçal nas fábricas estaria sendo fomentado, ao passo que a suposta imoralidade do negro seria combatida. Os únicos que não direcionavam bons olhos para essa medida, eram aqueles que ainda não tinham se desprendido do trabalho escravo, como muitos fazendeiros e comerciantes de escravo, que viam ainda neste regime uma fonte de riqueza.

Estima-se que no último quarto do século XIX, cerca de 700 mil imigrantes teriam se dirigido para o Estado paulista (Cf. AZEVEDO, 1987, p. 105). Embora não foi possível determinar a quantidade exata de imigrantes na cidade, acredita-se que um número considerável tenha se dirigido para a cidade de São Paulo, o que reforça a ideia de uma “cidade estrangeira”¹⁴. Segundo o relato de um viajante que esteve na cidade em 1902, a presença dos imigrantes na cidade era tão forte, que se “falava mais o idioma de Dante do que o de Camões” (SANTOS, 2017, p. 36).

Com a vinda maciça de imigrantes para a cidade de São Paulo, os bairros que antes eram redutos de nacionais, passaram a ser ocupados por estrangeiros, com destaque para as regiões do Brás¹⁵, Barra Funda, Bom Retiro e Bexiga, que logo se transformaram em bairros operários. Diante dos fatores mencionados acima, a população negra se viu excluída não só do regime de trabalho, mas da cidade, restando-lhe trabalhos de baixíssima remuneração, como coletor de lixo, acendedor de poste, lavadeira, mascates, entre outros (SANTOS, 2017).

Os imigrantes que entraram no Brasil, embora não compreendessem com fluência o idioma¹⁶, eram, em grande parte, alfabetizados. Entre eles, havia aqueles que buscavam fazer a

¹⁴ É interessante apontar que a imigração pra São Paulo no século XIX era tipicamente rural, todavia, com a dificuldade do trabalho no campo devido às condições impostas aos trabalhadores, muitos migraram para o centro da cidade. Esta migração indireta para o centro da cidade aconteceu majoritariamente na última década do XIX, pois com o processo incipiente de industrialização, a migração direta (instalação de estrangeiro direto na cidade) passou a ser determinante.

¹⁵ Na região do Brás ficava a Hospedaria do Imigrante, hoje Museu da Imigração.

¹⁶ Embora não dominasse o português, estes imigrantes eram assistidos pelos seus compatriotas, o que sugere a ideia de redes migratórias. Ver Truzzi, 2008.

vida na América, mas também aqueles que fugiam de seu país, por serem perseguidos políticos, sobretudo, por filiação às correntes de esquerda, tais como o anarquismo e o comunismo.

O fato é que, assim como os nacionais, os imigrantes não se adaptaram ao regime de trabalho imposto pelas fábricas, por conta disto, muitos que tinham chance de voltar para o seu país de origem, abandonaram o sonho e voltaram. A imagem do Brasil como a “terra das possibilidades” foi se convertendo em uma região negativa aos olhos dos possíveis imigrantes. Cada vez mais, São Paulo procurava por imigrantes de outros países fora da Europa. Além disso, muitos países proibiram a vinda de seus cidadãos para o Brasil. A eclosão da primeira grande guerra, também contribuiu com o refluxo, pois muitos imigrantes saíram de São Paulo com o objetivo de lutar nos *fronts* pelos seus países. Os que ficaram no país, insatisfeitos com o regime de trabalho, ajudaram a insuflar os movimentos operários, organizando passeatas e greves, como a de julho de 1917. O imigrante, antes redentor da nação brasileira, no início do XX, passou a ser visto como o problema nacional¹⁷. Além de um financiamento caro, pois havia necessidade de intensificar a propaganda no exterior, os imigrantes junto dos operários nacionais estavam organizando passeatas e paralisações, o que incomodava a nova elite paulista.

Neste caldeirão que se formou nas primeiras décadas do XX, os novos estudos no campo da medicina e da psicologia, contribuía com o repensar da figura do nacional. Se antes este era visto como inferior em relação ao estrangeiro, necessitando da miscigenação pra sua regeneração, estudos mais recentes provavam que o brasileiro poderia regenerar-se por si próprio. Os estudos no campo da higiene foram tão contundentes que marcaram os escritos de Monteiro Lobato, pois para o autor “o brasileiro não era assim, ele estava assim”¹⁸, reforçando a veiculação das ideias formadas por esses estudos.

Essa mudança no campo da ciência, questionando os posicionamentos deterministas sobre a população nacional, possibilitou descartar a figura do imigrante com o redentor da nação e creditar no nacional a possível entrada no progresso. Todavia, este nacional deveria ser instruído, ou melhor, deveria ser moldado. Sobre este ponto, é interessante a reflexão de Carvalho (1989, p. 10-11):

“A questão da organização do trabalho nacional formulava-se em termos diversos daqueles que haviam predominado no fim do século. As teses racistas, que haviam sido articuladas em defesa da imigração, embasando práticas excludentes da participação do liberto no mercado de trabalho dos setores mais dinâmicos da economia nacional, são

¹⁷ Em 1907, o Brasil promulgou a lei de expulsão de estrangeiros, muito em virtude do envolvimento nos sindicatos e lideranças de passeatas.

¹⁸ Monteiro Lobato sobre a regeneração do Jeca Tatu, no conto Urupês, 1918.

agora reformuladas. Se a cor da pele permanecia assombrando os novos intérpretes do Brasil que entram em cena nos anos 20, ganhavam força entre eles a ideia de que a educação era fator mesológico determinante no aperfeiçoamento dos povos, sobrepunhando os fatores raciais.”

Defendendo que a desgraça não era inerente ao brasileiro, mas que essa condição era adquirida pelo meio em que viviam, higienistas acreditavam que por meio da conscientização da higiene e dos cuidados para com a saúde, a genética do “povo” tido como perigoso tenderia a melhorar, e conseqüentemente, a do país. A propaganda que melhor exemplificou essa política higienista e o “bem” que ela poderia causar ao homem foi a regeneração do Jeca Tatu. Este personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato, em 1918, representou uma síntese do povo brasileiro na concepção do determinismo racial. Doente e preguiçoso, o Jeca Tatu era a expressão mais fidedigna da mistura do branco com o índio e de todas as mazelas que esta miscigenação poderia ocasionar. Pouco dado ao trabalho e para os cuidados da higiene, – pés descalços com mãos e roupas sujas – a situação do Jeca Tatu só tomaria outro rumo, quando este se conscientizasse da importância da higiene em sua vida.

Todavia, como ensinar higiene a um povo analfabeto? Pois, como nos aponta Ribeiro (2001), o total da população brasileira em 1920 era de 30.635.605, sendo que destes, mais de 23.142.248 nunca haviam frequentado a escola, ou seja, mais de 70% da população brasileira era analfabeta. No caso da cidade de São Paulo, segundo Souza (2009), os números pouco mudavam da realidade nacional, mais da metade da população paulista era analfabeta.

É neste ponto que a escola passou a ser vista como a instituição regeneradora por excelência, segundo Carvalho (1989, p. 07), “a escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que impediriam a marcha do progresso, na nova ordem que se estruturava”. Será a partir dela que o imigrante será combatido ao mesmo tempo em que o cidadão brasileiro ganhava forma. Se antes havia necessidade de conter os vícios dos nacionais, agora era importante abrasileirar os imigrantes; torná-los brasileiros. Entre várias medidas que fluíram para essa direção, o fechamento de escolas particulares não nacionais, o combate à língua estrangeira e o aumento das aulas de língua portuguesa nas escolas públicas e particulares foram as mais evidentes nas primeiras décadas do século XX. Estas medidas tinham como objetivo diminuir a presença do imigrante na cidade, reforçando o pertencimento e a identidade nacional do brasileiro.

Para os pensadores brasileiros imbuídos do entusiasmo pela educação, a instrução era a chave para a porta do progresso. Para estes pensadores, se o problema ainda era o povo, não

mais sua genética, mas a sua educação¹⁹. Foi a partir desta reformulação que o combate aos maus hábitos deveria ser o ponto central na política nacional, segundo Carvalho (2009, p. 305) “firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação”. Assim como a higiene, o cuidado com o corpo passou a ser ponto importante nos assuntos discutidos nas escolas paulistas. A partir deste pensamento, a prática de escotismo, alimentação escolar, acompanhamento médico nas escolas e aulas de ginástica educação física tornaram-se práticas obrigatórias, tanto na formação dos professores quanto dos alunos.

A importância do Instituto de Higiene de São Paulo no início do século XX exemplifica o quanto este discurso higienista estava em pauta na cidade de São Paulo e como era importante para elite intelectual paulista. Disseminar esse pensamento como forma de conter as doenças e as mazelas do povo tornava-se o centro do debate, uma vez que estava sendo superada a ideia do branqueamento pela entrada do imigrante e do determinismo proveniente das ideias de Francis Galton e Spencer. Para Heloisa Helena Pimenta Rocha (2003), a construção desse instituto “estaria assumindo o papel de liderança que deveria caber às instituições científicas na obra de homogeneização e uniformização da população” (p. 79).

Assim como o personagem de Monteiro Lobato e o Instituto de Higiene, diversas revistas que circularam na cidade de São Paulo desempenharam extrema importância na divulgação dessas ideias. A “Revista Escolar”, por exemplo, foi uma revista educacional veiculada entre os anos de 1925 até 1927, período de grande mobilização das ideias higienistas no estado de São Paulo. Tendo sua distribuição nas escolas paulistas por meio de desconto em folha de pagamento dos professores, desde a primeira edição em janeiro de 1925 até a sua última em setembro 1927, a Revista Escolar apresentou várias questões relacionadas à higiene. Trazendo essa tônica, o impresso se apresentou aos professores como um suporte nas aulas do dia a dia, pois disponibilizava projetos e aulas já montadas, “facilitando” o trabalho pedagógico.

Como é possível perceber, o discurso higienista tornou-se tão contundente que não ficou restrito somente aos relatórios de serviço sanitário. Este tema era recorrente nas publicações da Revista Escolar, seja abordando diretamente o tema da “Higiene” ou versando sobre alimentação, vícios, saúde física, hábitos, crianças asseadas, entre outras questões. O fato é que

¹⁹ Sobre este ponto, é importante apontar que a educação do povo foi visto de forma uníssona como o problema nacional, todavia, havia discordância entre diferentes grupos e qual tipo de educação deveria ser ensinada: uma educação elementar ou uma educação que dialogasse com o período de modernização.

este assunto teve amplo espaço entre as escolas paulistas²⁰. Abaixo, o excerto da revista que versava sobre a Higiene – Os Mosquitos.

Alumno. – Um medico do serviço sanitário foi, hontem, em casa para vêr si havia agua no tanque, ou agua estagnadaem qualquer logar. Por que seria?

Professor. – Por causa dos mosquitos, dos pernalongos

[...]

Professor, – O mosquito, como a mosca é primeiramente ovo; depois, larva; em seguida, casulo, e finalmente, insento perfeito... O kerozene espalhado sobre a agua destróe os óvos. As larvas e os casulos, não podendo obter ar através da camada de óleo, morrem também. Os adultos não podem se approximar da superficie da agua para porem mais óvos, e si por ventura insistirem em ahi chegar morrem tambem.

Alumno. – Elles nos aborrecem cantando e mordendo, mas não são assim tao maus, são?

Professor . – Como não! O mosquito, como a mosca, é transmissor de germens de moléstias

[...]

Professor, – Localidades havia onde a vida era quase impossível, devido á grande quantidade de mosquito e outros insectos nocivos. Depois que a Hygiene pôz mãos á obra saneando essas localidades, exterminando os perigosos insectos, ellas se tornaram perfeitamente habitaveis e desejavaes (Revista Escolar. Janeiro de 1926, p. 20-21).

Levando em consideração que a Revista Escolar estava ligada à Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, o que lhe concedia além dos subsídios financeiros uma maior circulação entre as escolas públicas na cidade e no Estado, os 33 exemplares da *Revista Escolar* tiveram uma boa aceitação entre o professorado paulista (NERY, 2008), o que evidencia a circularidade e o contato com as questões ligadas a higiene e o cuidado com o corpo. Neste sentido, assim como o *Correio Paulistano* que contribuiu negativamente na construção de uma imagem da população negra, publicando o conto em que negros faziam quitutes com crianças, reforçando a ideia de animais, a Revista Escolar, guardadas suas devidas proporções, veiculava em suas páginas a importância da higiene para o bem da população, corroborando com a ideia de que a higienização da população fosse o caminho para o progresso do país.

Considerações finais

No final do século XIX, a população nacional, sobretudo a negra recém-liberta, foi vista como empecilho para o progresso paulista. Marcado pelo estigma de preguiçoso, vadio e não adaptado ao trabalho livre. A população negra foi obrigada a deixar a cidade de São Paulo e se concentrar nas regiões periféricas. Em lugar da população negra, o imigrante foi chamado para desenvolver os trabalhos nesta nova urbe. Além do objetivo de fornecer mão de obra, também

acreditava que o imigrante contribuiria na regeneração do nacional, uma vez que este era tido como o cancro do país.

Uma leva de imigrantes chegou ao porto de Santos e se hospedou na região do Brás, na hospedaria do imigrante. De lá, tinham como destino o interior do Estado e outros países. Muitos destes imigrantes sonhavam em ficar ricos ou apenas fugir das perseguições de seus países. Como a vida no Brasil era diferente das propagandas na Europa, os imigrantes que tinham alguma condição retornaram para seus países de origem. Este refluxo também foi intensificado pela eclosão da primeira guerra, que chamou muitos imigrantes para o *front* de batalha. Os que permaneceram no país, se viram envolvidos em organizações sindicais e liderando passeatas e greves, em grande parte.

Os imigrantes, os quais tinham sido erigidos como os “salvadores da pátria”, agora eram tidos pela mesma paulista como a pedra no sapato. Um risco para a população paulista. Para muitos intelectuais da época, a saída para este problema se deu por meio da educação. Com os novos estudos no campo da biologia e da medicina, as ideias que vigoraram no século XIX que apontavam a inferioridade e os traços degenerativos da população nacional, sobretudo a negra, deu lugar para as ideias de regeneração. Nas palavras de Monteiro Lobato, frase que exprime o pensamento da época, “o brasileiro não era assim, ele estava assim!”. Este pensamento mostrava que a população nacional não era deformada em sua gênese, mas estava sendo deformada pela falta de higienização e cuidado com o corpo. É em virtude deste pensamento regenerador que as escolas paulistas, por exemplo, incorporariam a alimentação escolar, cuidados médicos, aulas de ginástica e educação física no cotidiano escolar. Ou seja, para muitos intelectuais da elite, civilizar o brasileiro começava na escola. É imbuído deste pensamento que parte da intelectualidade paulista irá ver na escola, bem como no Instituto de Higiene de São Paulo e em outras instituições que divulgavam estas questões o caminho para o progresso.

Por fim, ao analisar este período da história brasileira, se tornou corriqueiro achar que a entrada de imigrantes no Brasil se deu apenas pela via da substituição de mão de obra, ou seja, ocupar o trabalho livre. Todavia, ao analisar este período, percebe-se que a entrada do imigrante se deu a partir de um projeto civilizador, no qual buscava, no mínimo, alterar a identidade do povo nacional. Neste sentido, este estudo procurou mostrar que ao lado dos interesses econômicos, substituindo a mão de obra escrava, a vinda do imigrante refletia interesses culturais, pois havia o interesse da elite paulista acabar com os costumes dos nacionais, sem contar no medo de uma possível revolta aos moldes do Haiti. Desta forma, a imigração no final do século XIX e início do XX, indubitavelmente, carregou fatores econômicos, todavia, não se pode esquecer dos fatores culturais.

Bibliografia:

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro. Coleção oficinas de História, v. 6: Paz e Terra, 1987.
- CARVALHO, Marta. M. C. *A Escola e a República e outros ensaios*. 1. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998a.
- _____. Pedagogia da escola nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. *Educação* (UFSM), Santa Maria, v. 30, n.2, p. 87-105, 2005.
- _____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. Pedagogia e usos escolares do impresso uma incursão nos domínios da história cultural, 1998b. (texto não publicado)
- _____. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 291-309.
- _____. *A Escola e A República e outros ensaios*. 1. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____; TOLEDO, Maria Rita de. Reforma Escolar pedagogia da escola nova e usos do impresso. *Contemporaneidade e educação*, Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, São Paulo, ano. V, n. 7, p. 71-92, 2000.
- _____. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista In: Carvalho, Marta Maria Chagas de; Joaquim Pintassilgo. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. 1ed. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 187-216.
- _____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 291-309.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1, 5ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo: 1920-1945*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2005.
- FAUTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo; Brasiliense, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11. Ed.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discursos eugênicos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1994.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ROCHA, H. H. P.. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo*. 1. ed. Campinas; São Paulo: Mercado de Letras; FAPESP, 2003.
- _____. *O que todos precisam saber e como se deve ensinar: a constituição da coleção Biblioteca Popular de Hygiene*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. 4º edição – São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerce da Pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. 1º edição. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- _____. *História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX*. São Paulo: Coretez, 2008.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. São Paulo. *Tempo Social*, v. 20. n. 1, p. 199-218, Janeiro de 2008.